

– Críticas & alternativas –

A Geografia e o pensamento libertário: Subsídios para um debate sobre tradições e novos rumos*

Marcelo Lopes de Souza

Professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro;
Coordenador do Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD);
Pesquisador do CNPq.
mlopesdesouza@terra.com.br

Palavras iniciais

De início, no mesmo momento em que agradeço pelo convite para participar desta mesa-redonda – convite esse que entendo como um reconhecimento do fato de que, desde meados dos anos 1980, portanto há mais de um quarto de século, venho me esforçando para colocar o pensamento libertário no “mapa” da Geografia brasileira –, aproveito para saudar isso que me parece ser um pequeno marco histórico. Houve, no passado e no presente, iniciativas por parte de seções locais da AGB, notadamente São Paulo e depois Porto Alegre, para difundir o pensamento libertário; no entanto, esta abertura de agora, no âmbito de um encontro nacional, é, salvo engano da minha parte, uma novidade. Creio que é um sinal dos tempos, conforme vou ter oportunidade de discutir ao longo da minha fala.

No entanto, a abertura conquistada não deixa de apresentar uma ligeira contradição, que talvez tenha sido notada por vocês. O título da sessão em que se insere esta mesa é, no mínimo, curioso (“Saberes geográficos e lutas sociais: novas questões, novas abordagens”), pois sugere que o pensamento libertário e os seus vínculos com a Geografia são novos. Ora, basta termos em mente o anarquismo clássico – matriz fundamental e até hoje representante mais conhecido do pensamento libertário –, para constatar que esse pensamento é muito antigo, e inclusive anterior ao marxismo; e, quanto à sua vinculação com a Geografia, quem se atreveria a ignorar Reclus e Kropotkin? Contudo, a contradição a que faço alusão é relativa; pois, se considerarmos especificamente a AGB Nacional, aí sim, nessa escala, falar em “nova abordagem” em relação ao pensamento libertário tem o sentido de um sintoma, de um reflexo do problema que

* Versão expandida do texto apresentado em 26/07/2012, em Belo Horizonte, durante o XVII Encontro Nacional de Geógrafos, no contexto da mesa-redonda “Geografia e pensamento libertário”. Decidi manter, aqui, algumas das características de um texto preparado, originalmente, para meramente servir de base a uma exposição oral: linguagem despojada, uso da primeira pessoa do singular (e, presumindo a cumplicidade dos leitores, utilização também da primeira pessoa do plural, às vezes) e ausência de referências bibliográficas formalizadas (com exceção de três textos, dos quais extraí vários trechos, outras obras e outros autores são mencionados de modo rápido e informal).

mencionei: a usual pequeníssima atenção dada às contribuições libertárias. Como se “pensamento crítico” e “pensamento marxista” fossem sinônimos, e como se os libertários fossem ou tivessem sido completamente irrelevantes!

O que entender por “pensamento libertário”?

Agora, um esclarecimento sobre o conceito de “pensamento libertário” (e de “práxis libertária”, já que, para os libertários, pensamento e ação transformadora devem andar tão juntos quanto possível). Muitos devem pensar que se trata de um assunto óbvio, mas eu gostaria de insistir no contrário. Isso porque, para mim, o pensamento libertário vai além do anarquismo, especialmente quando compreendido como “anarquismo clássico”, como tenho chamado. O anarquismo clássico abrange, fundamentalmente o pensamento e a práxis libertários dos séculos XIX e da primeira metade do século XX; *grosso modo*, de Proudhon até a Revolução Espanhola. Quando falo de anarquismo clássico, o adjetivo “clássico” não tem nenhum sentido depreciativo, pelo contrário: como sabemos, uma obra ou um autor clássico não é uma obra ou um autor ultrapassado, mas sim uma obra ou um autor que, mesmo depois de gerações (ou até mesmo de muitos séculos), continua a nos inspirar.

O anarquismo marca, historicamente, o início do pensamento libertário moderno; e, até hoje, é, de longe, o mais conhecido representante desse pensamento. Porém, o que dizer de Murray Bookchin (1921-2006), que, apesar do grande respeito que sempre nutriu pelos clássicos (especialmente por Kropotkin), se afastou dos

autores clássicos em vários sentidos importantes?¹ Ou de Cornelius Castoriadis (1922-1997), que, diferentemente de Bookchin, nem sequer cultivou qualquer tipo de diálogo com a tradição anarquista, tendo rompido com o marxismo e chegado ao que ele chamou de “projeto de autonomia” (*projet d'autonomie*) sem conferir maior atenção aos libertários do passado? Isso para ficar em apenas dois autores muito significativos. Tenho, por isso, proposto há décadas, ora implícita, ora explicitamente, que a nossa compreensão do que sejam o pensamento e a práxis libertários vão além do anarquismo.

Existem razões históricas para isso. O ambiente libertário sempre foi plural; basta ver, ainda no século XIX, as diferenças entre mutualistas, coletivistas e anarco-comunistas (aos quais se deveria acrescentar o anarcossindicalismo, influente nos primeiros decênios do século XX). A despeito disso, ao lançarmos um olhar retrospectivo, podemos, com os olhos de hoje, falar do anarquismo

¹ Apenas para citar alguns exemplos: **1)** enquanto a compreensão de poder dos anarquistas clássicos era, em geral, um tanto estreita (eles tendiam a confundir o poder com o poder estatal ou, pelo menos, com o poder heterônomo, portanto fazendo do poder, em si mesmo, algo ruim), Bookchin (e, de modo ainda mais profundo, Cornelius Castoriadis) recusou uma interpretação tão limitada da idéia de poder; **2)** os anarquistas clássicos nunca tiveram simpatias por decisões baseadas em votação (para eles, algo sempre associado à “democracia” representativa), adotando, em vez disso, o consenso, ao passo que Bookchin defendeu que, em muitas situações, uma votação e uma decisão pautada na opinião da maioria pode ter menos inconvenientes que uma busca obsessiva pelo consenso; **3)** os anarquistas clássicos preconizavam apenas a ação direta como estratégia de luta, enquanto que Bookchin esposou a ideia de que, sob determinadas circunstâncias, utilizar-se de canais ou institucionalidades estatais, a fim de viabilizar algumas coisas (como legislação que facilite a organização da própria sociedade civil) não deveria ser algo a ser convertido em um tabu.

clássico como um bloco, ainda que certamente não homogêneo. Bookchin e Castoriadis, de sua parte, já nos obrigam a uma ampliação de horizontes – a não ser que queiramos fazer do qualificativo “anarquista” algo excessivamente abrangente, à revelia dos sentimentos e particularidades dos autores e ativistas concretos. Bookchin, mesmo tendo, no final da vida, amargurado com ataques desfechados contra ele por anarquistas ortodoxos, anunciado sua ruptura com o anarquismo (preferindo, em vez disso, o termo “comunalismo”), foi, até o fim, na sua essência, um *neoanarquista*, ao mesmo tempo próximo e distante das tradições clássicas, mas sem deixar de atuar como um verdadeiro libertário. Quanto a Castoriadis, ele foi, com toda a certeza, o mais original renovador do pensamento libertário na segunda metade do século XX, e o principal expoente filosófico do *autonomismo*.

Em particular, cabe reconhecer a diversidade do universo libertário, sobretudo em um momento de relativo renascimento como é o atual. É preciso evitar a todo custo o dogmatismo – dogmatismo esse que, por exemplo, magoou e afastou Bookchin, e decerto colaborou para manter Castoriadis à distância dos anarquistas. Hoje como no passado, nenhuma corrente deve cometer o erro de buscar o monopólio da verdade e menosprezar as demais, pois isso só fortalece os adversários, e não a causa libertária. Na sua essência, o pensamento e a práxis libertários são aqueles que, radicalmente, simultaneamente se opõem ao capitalismo (e ao seu Estado) e ao marxismo, em nome de princípios como autogestão, horizontalidade, associações livres, ajuda mútua, descentralização e organização federativa.

O pensamento libertário, hoje, é representado por três “linhas” principais: **1) aqueles que retomam ou tentam retomar de maneira direta o anarquismo clássico**, ainda que, aqui e ali, introduzam ou se vejam forçados a introduzir pequenas adaptações ou atualizações; **2) os neoanarquistas** que, como Murray Bookchin, se afastaram em grau significativo da herança dos clássicos, mas sem deixar de cultivar fortes laços explícitos com o anarquismo; **3) os autonomistas**, que podem sentir-se ou não próximos da herança clássica, conquanto, na prática, tenham uma afinidade essencial com ela, no sentido delineado no parágrafo anterior. É óbvio que esse quadro é uma simplificação. Para ilustrar: há várias maneiras de retomar diretamente o anarquismo clássico, desde o anarquismo “especifista” preconizado pela Federação Anarquista Uruguia/FAU (e assimilado, no Brasil, por diversas organizações) até outros tipos de (re)leituras; os neoanarquistas são de diferentes matizes, indo de Murray Bookchin até Hakim Bey (para citar dois casos bem contrastantes); os autonomistas, como já disse, vão desde aqueles que se sentem tributários da herança clássica (como é o meu caso) até aqueles que, como Castoriadis, não se veem ou viram dessa forma; por fim, os *anarcopunks*, mesmo não oferecendo uma contribuição teórico-intelectual original (sua marca distintiva são suas práticas e seu estilo de vida), e sendo, eles próprios, um grupo que não é propriamente homogêneo (ainda mais hoje em dia, em que os remanescentes do movimento *punk* fazem releituras variadas de sua própria tradição), deveriam ser incluídos, se estivéssemos tratando de apresentar, de maneira mais ampla, o *campo* libertário (e não, acima de tudo, o *pensamento*

libertário). Estou consciente, portanto, de que, em um texto de maior fôlego, a caracterização teria de ser, forçosamente, menos abreviada.

Por outro lado, a necessidade de ampliação de horizontes não deve servir de álibi para se “jogar um bote salva-vidas” a um marxismo em crise de identidade. Há várias pessoas que, sem maiores escrúpulos, se utilizam da problemática expressão “marxismo libertário” para referir-se a certos tipos de marxismo heterodoxo. Isso é, na melhor das hipóteses, um equívoco, talvez uma ingenuidade; e, na pior, uma fraude político-intelectual. No âmbito do marxismo, têm havido autores mais ou menos marginais e correntes minoritárias que tentaram driblar a dimensão autoritária do pensamento marxiano; esses autores e correntes (notadamente os “conselhistas”, como Anton Pannekoek e Karl Korsch) são, é bem verdade, *até certo ponto*, convergentes com os libertários. *Mas não totalmente*: se, por um lado, endereçaram críticas contundentes ao leninismo e à forma de organização partidária, optando, alternativamente, por formas de organização horizontais como os conselhos operários, por outro lado mostraram-se um tanto ambíguos no que se refere a certos aspectos importantes do legado marxista (como o economicismo, e mesmo, em certa medida, a questão do “Estado socialista”). Ora, se fossem totalmente convergentes, eles seriam, por definição, não mais marxistas, pois isso significaria que teriam voltado totalmente as costas para a parte mais típica e predominante do legado de Marx.

O pensamento libertário na Geografia – origens e desafios contemporâneos

Voltemo-nos, agora, para as matrizes do pensamento libertário na Geografia: Élisée Reclus (1830-1905) e Piotr Kropotkin (1842-1921). Não vou entrar em detalhes; tenho escrito sobre o papel e a obra de cada um, tenho dado palestras e cursos sobre eles – não desejo, pois, ficar me repetindo. No entanto, é importante frisar o orgulho que *todos* os geógrafos deveriam sentir por terem tido, em suas fileiras, figuras desse calibre intelectual e ético. Élisée Reclus e Piotr Kropotkin (especialmente o segundo) são, há muito tempo, nomes bastante conhecidos fora da Geografia; infelizmente, isso não é algo que se possa dizer, com a mesma convicção, de outros geógrafos do período anterior à Segunda Guerra Mundial. Até mesmo nomes de grande relevo, como Paul Vidal de La Blache e Alfred Hettner, circulam bem menos entre não-geógrafos que os nomes de Reclus e, principalmente, Kropotkin. Já em vida, aliás, foram esses dois geógrafos bastante reconhecidos, inclusive por suas realizações científicas, ainda que não propriamente pelo mundo universitário (que, de um modo geral, os manteve à distância): Reclus chegou a receber medalhas (da Sociedade Geográfica de Paris e da Real Sociedade Geográfica, do Reino Unido), e os livros de Reclus (já desde *La Terre*, cujos dois tomos foram publicados em 1868 e 1869, quando seu autor ainda nem sequer tinha quarenta anos de idade) e de Kropotkin granjearam amplo respeito entre os cientistas de sua época.

No século XX, contudo, ambos foram relegados ao esquecimento. O ambiente acadêmico, que quase nunca lhes abriu as portas, continuou a

menosprezá-los. E, interessante e escandalosamente (mas compreensivelmente), mesmo a “Geografia crítica” que emergiu nos anos 1970 não fugiu muito à regra. É verdade que, nos anos 1970, Kropotkin chegou a ser mencionado algumas vezes, especialmente em países de língua inglesa – por exemplo, em textos publicados na revista *Antipode*. Na França, Reclus passou a ser “resgatado” nas décadas de 1970 e 1980. Todavia, foram marxistas, em geral, os principais responsáveis por esse tipo de “resgate” tardio (nos EUA, Richard Peet, por exemplo; na França, Yves Lacoste, e, em seguida, uma orientanda sua, de figurino ideológico não muito bem definido, Béatrice Giblin). Um “resgate” que, a bem da verdade, permaneceu episódico e superficial. Tenho denominado esse tipo de homenagem deveras circunscrita, em ocasiões anteriores, de tratamento “museológico”, uma vez que os pensadores e suas obras são antes admirados como peças de museu que como personagens e ideias cuja *atualidade* seja de justiça lembrar e valorizar.²

Havia, pois, uma certa hesitação, e, provavelmente, no fundo, não poucas vezes um

² Dentre as contribuições de Reclus, podemos destacar as seguintes (entre outras), atualíssimas em seu cerne: sua capacidade de valorizar a exploração e a luta de classes sem, contudo, subestimar ou fechar os olhos para outros tipos de opressão, como o racismo e o patriarcado; suas belas e equilibradas reflexões sobre a degradação ambiental e os vínculos entre sociedade e natureza; a compreensão profunda da dependência recíproca entre Geografia e História. Quanto a Kropotkin, sua insistência sobre a “ajuda mútua” e sua exigência de descentralização econômico-espacial e descentralização territorial radicais merecem ser ressaltadas. Tal reconhecimento não precisa, note-se, fazer-se em prejuízo do reconhecimento de que as obras de ambos eram frutos do século XIX e do início do século XX, estando, por isso, embebidas em um caldo de valores e convicções que, em larga medida (pensemos no cientificismo, no mito do “progresso” etc.), podemos e devemos rever e questionar.

certo desprezo disfarçado, uma ambiguidade essencial. E, quando eu disse, linhas atrás, “compreensivelmente”, é porque, se levamos em conta as importantes diferenças doutrinárias e a histórica rivalidade entre libertários e marxistas, somente um improvável descuido poderia levar os últimos a prestigiarem de modo consequente e profundo os primeiros. O fator mais relevante para o (limitado) prestígio levado a cabo nas décadas de 1970 e 1980 certamente foi o fato de que os geógrafos marxistas não tiveram em suas fileiras, no período da Geografia dita tradicional, personagens tão ilustres e coerentes como Reclus e Kropotkin, passíveis de serem reivindicados como heróicos ancestrais – ainda que não para terem suas *ideias* verdadeiramente discutidas e aproveitadas...

Hoje, porém, mais de duas décadas depois da queda do Muro de Berlim, vemos um marxismo inseguro, por mais que a atual crise tenha trazido um certo alento. Observemos, por exemplo, algumas das opiniões emitidas por David Harvey – o geógrafo contemporâneo mais conhecido internacionalmente e, ao mesmo tempo, um dos marxistas mais respeitados no mundo todo. Sua opinião sobre os governos de esquerda (com ou sem aspas) na América Latina contemporânea (por exemplo, Venezuela e Brasil), bem como sobre a China, foi expressa em um artigo publicado alguns anos atrás:

Enquanto existem alguns sinais de recuperação tanto da organização dos trabalhadores quanto da política de esquerda (em oposição à “terceira via” celebrada pelo *New Labour* na Grã-Bretanha sob Tony Blair, e desastrosamente copiada por muitos partidos social-democratas na Europa), juntamente com sinais de emergência de mais partidos políticos radicais em

diferentes partes do mundo, a dependência exclusiva em relação a uma vanguarda de trabalhadores é agora posta em questão, assim como também o é a capacidade daqueles partidos de esquerda que ganham algum acesso ao poder político de ter algum impacto substancial sobre o desenvolvimento do capitalismo e fazer face à turbulenta dinâmica de um processo de acumulação suscetível a crises. (...) Porém, partidos políticos e sindicatos de esquerda ainda são significativos, e o fato de assumirem a direção de aspectos do poder estatal, como nos casos do Partido dos Trabalhadores no Brasil e do movimento bolivariano na Venezuela, tem tido um claro impacto sobre o pensamento da esquerda, e não apenas na América Latina. O complicado problema de como interpretar o papel do Partido Comunista na China, com o seu controle exclusivo do poder político, e quanto ao que suas políticas poderão ser no futuro, tampouco está resolvido.³ (Harvey, 2009, páginas não numeradas)

³ David Harvey (2009), "Organizing for the Anti-Capitalist Transition". *On-line*: <http://www.zmag.org/znet/viewArticle/23393>, 16/01/2010. No original: "While there are some signs of recovery of both labor organizing and left politics (as opposed to the "third way" celebrated by New Labor in Britain under Tony Blair and disastrously copied by many social democratic parties in Europe) along with signs of the emergence of more radical political parties in different parts of the world, the exclusive reliance upon a vanguard of workers is now in question as is the ability of those leftist parties that gain some access to political power to have a substantive impact upon the development of capitalism and to cope with the troubled dynamics of crisis-prone accumulation. (...) But left political parties and labor unions are significant still, and their takeover of aspects of state power, as with the Workers' Party in Brazil or the Bolivarian movement in Venezuela, has had a clear impact on left thinking, not only in Latin America. The complicated problem of how to interpret the role of the Communist Party in China, with its exclusive control over political power, and what its future policies might be about is not easily resolved either."

A esse otimismo exagerado, baseado em informações inadequadas e uma chave de interpretação enviesada, reagi com o seguinte comentário:

Tomando aparências por substância, ele [Harvey] assume que o governo brasileiro sob Lula é de esquerda (enquanto, na verdade, trata-se de um governo de tipo populista, baseado em uma coalizão de partidos que abrangem desde a centro-esquerda até a centro-direita, e que é liderada por um ex-partido de esquerda). Contudo, o que é particularmente surpreendente é que, para ele, o problema de como interpretar o papel do Partido Comunista na China é "complicado"...

E, depois, assim expliquei em uma nota:

As políticas econômica e social têm sido, sob Lula, uma mistura de estatismo e elementos neoliberais, na qual aspectos tais como "responsabilidade fiscal", a prioridade conferida ao agronegócio e a ausência de uma verdadeira reforma agrária são "mitigados" por meio de políticas públicas compensatórias. A propósito, quando Harvey (certamente não muito bem informado e, além disso, na verdade, reproduzindo um viés interpretativo estatista) escreveu em seu artigo anterior sobre o "direito à cidade" que um arcabouço legal, conquistado "após pressão dos movimentos sociais", foi introduzido

⁴ Marcelo Lopes de Souza (2010), "Which right to which city? In defence of political-strategic clarity". *Interface: A Journal for and about Social Movements*, 2(1), pág. 325. *On-line*: <http://interface-articles.googlegroups.com/web/3Souza.pdf>, 27/05/2010. No original: "Mistaking appearances for substance, he assumes that Brazil's government under Lula is a left-wing one (while it is in truth a populist government, based on a coalition of parties which ranges from centre-left to centre-right and which is led by a former left-wing party). But what is particularly astonishing is that for him the problem of how to interpret the role of the Communist Party in China is a 'complicated' one..."

como uma ferramenta “para reconhecer o direito coletivo à cidade” no Brasil (...), ele tanto está exagerando o alcance do referido arcabouço legal (e mesmo o papel dos movimentos sociais nesse contexto) quanto contribuindo para a banalização da bandeira do “direito à cidade”.⁵

Como é possível falar de uma “revolução” nessas circunstâncias (ou mesmo a propósito do caso venezuelano, certamente mais complexo)? Quanto ao capitalismo burocrático-autoritário chinês, a simples menção a um “momento revolucionário” (*revolutionary moment*) é uma afronta contra não somente os libertários, mas também contra o legado de marxistas heterodoxos como A. Pannekoek, K. Korsch, H. Marcuse, E. P. Thompson e J. Bernardo. Contra esse pano de fundo, não é surpresa que Harvey tenha sublinhado, em seu texto de 2009, que “(...) a teoria correvolucionária anterior sugere que não há maneira de construir uma ordem social anticapitalista sem tomar o poder de Estado” (ênfase

⁵ *Idem, ibidem*, pág. 325, nota 6. No original: “Brazil’s economic and social policy under Lula has been a mixture of statism and neoliberal elements, in which features such as ‘fiscal responsibility,’ the priority given to agribusiness and the absence of a true land reform are ‘tempered’ by compensatory social policies. By the way, when Harvey (surely not very well informed, but actually reproducing a statist interpretive bias as well) writes in his earlier paper on the ‘right to the city’ that a new legal framework, conquered ‘after pressure from social movements,’ was introduced as a tool ‘to recognize the collective right to the city’ in Brazil (Harvey 2008, 39), he is both exaggerating the reach of this legal framework (and even the role of the social movements in the process) and contributing to a trivialisation of the ‘right to the city’-slogan.”

de MLS).⁶ Harvey tinha escrito algumas páginas antes que “os fracassos de tentativas passadas de construir um socialismo e um comunismo duradouros precisam ser evitados, e lições precisam ser extraídas dessa história imensamente complicada”.⁷ A conclusão inevitável, de um ponto de vista libertário, é que ele não aprendeu muito as lições oferecidas por essa “história imensamente complicada”...

Quando Harvey escreve que “um movimento anticapitalista global é improvável de emergir sem alguma visão que o anime a propósito do que é para ser feito e como”, essa é uma observação que soa como uma preparação e o significado profundo que se tornará claro posteriormente: ele sonha (como marxistas ortodoxos fazem) com um “sujeito revolucionário privilegiado” e com uma teoria (ou “visão”) unificadora que possa esclarecer o que esse “sujeito” deve fazer (“e como”). Ele sabe que a classe trabalhadora (o *Proletariat* em sentido estrito), com seus sindicatos e partidos políticos (social democracia e assemelhados) não constituem mais um “sujeito revolucionário privilegiado” na história. Como marxista, ele deve estar um pouco confuso (e há muitos fenômenos que confundem os marxistas nos dias de hoje, como o papel dos camponeses enquanto protagonistas críticos muito mais relevantes que os trabalhadores fabris, ou o

⁶ *Idem, ibidem*, pág. 325. No original: “(...) co-revolutionary theory earlier laid out would suggest that *there is no way that an anti-capitalist social order can be constructed without seizing state power.*”

⁷ David Harvey, *op. cit.* No original: “[t]he failings of past endeavors to build a lasting socialism and communism have to be avoided and lessons from that immensely complicated history must be learned”.

papel crítico-transformativo de largas porções do *Lumpenproletariat*) (...).⁸

Outro contraste muito evidente entre o tipo de leitura feito por um marxista como David Harvey e aquele tipicamente libertário fica particularmente evidente quando discutimos as questões postas por ele em um capítulo (escrito em co-autoria com David Wachsmuth) intitulado “What is to be done? And who the hell is going to do it?”. Sobre os fundamentos de uma pressuposição essencialmente correta, mas mesmo assim bem simplista de que “nós não estamos, pelo mundo afora, em um momento revolucionário”⁹, e apesar do fato, por ele reconhecido, de que “existe frequentemente um substancial conflito entre os pensamento keynesiano e marxista”¹⁰, ele conclui que estamos a experienciar um “*Keynesian moment*” nos dias atuais, (na conta,

por assim dizer, de uma reação realista contra o neoliberalismo), de maneira que seu argumento é o de que “se nós estamos em um momento keynesiano, então nós necessitamos fazer uso disso politicamente”¹¹: “(...) talvez o melhor que nós possamos fazer por agora é redirecionar esse keynesianismo de tal modo que ele antes beneficie a massa do povo que continue a centralizar o poder de Estado capitalista”.¹²

No fundo, é claro que isso não é o marxismo (ou mesmo Harvey) no seu melhor: isso é, antes, um marxismo *fin-de-siècle*, fatigado. Mas esse tipo de interpretação revela a visão mais ou menos reformista, pseudopragmaticamente estadocêntrica esposada por tantos marxistas, como uma consequência de melancolia e confiança insuficiente nos movimentos sociais emancipatórios. Nessas condições, não somente o keynesianismo, mas o capitalismo de Estado em suas formas ainda mais completas tende a aparecer como o único bote salva-vidas: “uma vez que nós não estamos, pelo mundo afora, em um momento revolucionário – com possíveis exceções na América Latina e na China –, nós atualmente não temos a opção de rejeitar o keynesianismo. A única opção é indagar que tipo de keynesianismo deve haver, e em benefício de quem ele deve ser mobilizado.”¹³

⁸ Marcelo Lopes de Souza, *op. cit.*, pág. 325. No original: “When Harvey writes that “a global anti-capitalist movement is unlikely to emerge without some animating vision of what is to be done and why,” this is a sentence which sounds like a foretaste and the meaning of which becomes later clear: He dreams (as orthodox Marxists do) of a “privileged revolutionary subject” and of a unifying theory (or “vision”) which clarifies what this “subject” has to do (“and why”). He knows that the working class (*Proletariat* in a strict sense) with its trade-unions and political parties (social democracy and the like) is no longer a “privileged revolutionary subject” in history. As a Marxist, he must be a little confused (and there are so many phenomena which can confuse Marxists nowadays, such as the role of peasants as much more relevant critical protagonists than factory workers or the critical-transformative role of large portions of the *Lumpenproletariat*) (...).”

⁹ David Harvey [com David Wachsmuth] (2009), “What is to be done? And who the hell is going to do it?”. In: Neil Brenner, Peter Marcuse e Margit Mayer (orgs.). *Cities for People, not for Profit. Critical Urban Theory and the Right to the City*. Routledge, Londres e Nova Iorque. No original (pág. 273): “throughout the world we are not in a revolutionary moment.”

¹⁰ *Idem, ibidem*, pág. 271. No original: “[t]here is often a substantial conflict between Keynesian thinking and Marxian thinking.”

¹¹ *Idem, ibidem*: No original: “if we are in a Keynesian moment then we need to make use of it politically.”

¹² *Idem, ibidem*. No original: “(...) perhaps the best we can do right now is to redirect that Keynesianism in such a way that it benefits the mass of the people rather than continue to centralize capitalist state power.”

¹³ *Idem, ibidem*, pág. 273. No original: “[s]ince throughout the world we are not in a revolutionary moment – with possible exceptions in Latin America and China – we do not currently have the option of rejecting Keynesianism. The only option is to ask what kind of Keynesianism it should be, and to whose benefit should it be mobilized.”

Ao mesmo tempo, porém, em que alguém da estatura intelectual de Harvey comete tais interpretações, vários recorrem a uma estratégia de “mimetismo”, que não deixa de ser uma *vampirização do pensamento libertário*. Põem-se a falar de “autogestão”, “horizontalidade” etc. como se esses princípios e ideias fossem algo totalmente natural na boca de um marxista. Ora, é bem verdade que trocas e influências recíprocas ocorreram com muita frequência entre marxistas e libertários, e isso já desde o século XIX, a despeito da rivalidade e das diferenças importantes entre esses dois campos da esquerda revolucionária. Com mais frequência, inclusive, do que os dois lados se dispõem, geralmente, a admitir. No entanto, se há algo que é característico do pensamento e da práxis libertários – e, por outro lado, nunca foi típico do marxismo –, é, exatamente, a ideia de “autogestão” (e ideias correlatas), e já muito antes de essa palavra se popularizar (nos anos 60). Certo, o próprio Marx teve os seus “momentos libertários”, como o belo ensaio *A guerra civil na França*, sobre a Comuna de Paris, publicado ainda em 1871; mas esses momentos foram exceções no conjunto de seu pensamento e de sua prática organizativa, ao passo que a leitura tipicamente autoritária da “ditadura do proletariado” e do “Estado socialista” como momentos de transição (sem atentar para a brutal contradição entre esses meios e o fim, que era, a exemplo dos libertários, a dissolução do Estado e a construção do comunismo) foi, ela sim, típica. E, sem dúvida, também é possível lembrar exemplos de tentativas de marxistas honestos e sensíveis, como Anton Pannekoek (talvez o mais conseqüente dentre os “conselhistas”), de criticar radicalmente o leninismo, buscando resgatar, de Marx, seu veio *Revista Território Autônomo* | nº 1 | Primavera de 2012

menos autoritário; entretanto, não têm sido os próprios marxistas os primeiros a marginalizarem os “conselhistas”?...

É preciso, de toda maneira, que os libertários se acautelem perante as estratégias de “mimetismo”, levadas a cabo por um John Holloway (autor de um livro intitulado *Cambiar el mundo sin tomar el poder*, no qual, interessantemente, não se cita o anarquismo!) ou mesmo por Antonio Negri (que, em suas reflexões sobre o “poder constituinte”, retoma e simplifica a discussão seminal sobre a sociedade e o poder instituintes, de Cornelius Castoriadis, mas sem dar o devido crédito). Se casos como os de Harvey causam uma certa perplexidade e, talvez, até uma certa comiseração, as situações de “mimetismo” convidam os libertários a exigir que se reconheçam as autorias e as dívidas. Ocorre, contudo, que os libertários só poderão apresentar essa exigência, com a devida competência, se conhecerem bem a sua própria história – coisa que, infelizmente, muitas vezes não acontece. Devido a uma resistência obscurantista ao estudo sistemático e aprofundado e à reflexão teórica (como se “teoria” fosse sinônimo de onanismo intelectual e perda de tempo), não raro os próprios libertários são os seus mais constantes adversários. Muitos parecem desconhecer que os exemplos de Reclus (e mesmo de Kropotkin), no passado distante, e de Bookchin e Castoriadis, bem mais recentemente, dão vívido testemunho do inverso: a saber, de um notável esforço de preparação intelectual – obviamente, sempre em conexão com práticas de resistência e insurgência. Sem esse tipo de esforço, não será possível apontar de maneira convincente as rachaduras no imponente edifício teórico marxista.

E, em última análise, não será possível avançar muito, em geral.

Sem dúvida, os perigos que se nos apresentam aos libertários não são nenhum privilégio dos geógrafos; tampouco é a melhor preparação intelectual um desafio que se restrinja aos libertários brasileiros. Mas, mesmo com a onda recente de interesse por Reclus (Kropotkin ainda está para ser “descoberto”, para não falar dos demais), o déficit de leitura ainda é especialmente grande entre os jovens geógrafos brasileiros de hoje – com aqueles propriamente libertários não podendo ser, aqui, excluídos.

E, com isso, chegamos ao tema dos movimentos sociais contemporâneos. Muitos deles (neozapatistas mexicanos, uma parte dos *piqueteros* argentinos, uma parcela do movimento dos sem-teto no Brasil, e assim sucessivamente) possuem uma inegável dimensão libertária. E é isso que é o principal fator, ao lado da crise do marxismo, de um renascimento do pensamento e da práxis libertários, ainda que um tanto confuso e em meio a toda sorte de hibridismos. Esses hibridismos, em que elementos discursivos e práticas libertários se acham, volta e meia, mesclados com ou justapostos a referências e símbolos de extração marxista,

podem ser um desafio produtivo e – por que não? –, às vezes, até mesmo um fator de enriquecimento; porém, considerando o oportunismo de certos marxistas, devem, também, ser uma fonte de preocupação.

Para os libertários há, agora, uma chance visível, como não havia desde os anos 1930! Eu quase ousaria dizer que nós não temos o direito de errar. É preciso, para tanto, evitar, entre outras coisas, que ocorra o mesmo que ocorreu com o marxismo: a apropriação descontextualizada, a banalização. Porém, acima de tudo, é essencial que os libertários, em meio à barbárie que avulta com um capitalismo ao mesmo tempo criminoso e militarizado, antiecológico e alimentador da ideologia do “desenvolvimento sustentável”, e que seduz com ilusões de consumo enquanto corrompe e dissolve o tecido social por negar a tantos a possibilidade de consumir, consigam ir além de espasmos de indignação. É preciso produzir conhecimento crítico que seja, simultaneamente, profundo e com valor operacional (tático, estratégico e político-pedagógico). E estou seguro de que, como já o sabiam Reclus e Kropotkin, a Geografia pode colaborar bastante com essa tarefa.